

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 246QR-001-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 - 6º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ausência de evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à rubrica títulos e valores mobiliários

Conforme Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía cotas em títulos e valores mobiliários de Fundos de Investimento (Fundos) no montante de R\$ 13.740 mil, para os quais não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre os respectivos Fundos em virtude de, substancialmente, ausência de procedimentos de auditoria, ausência de estimativa (e registros de eventuais impactos) de vida útil do ativo imobilizado e intangível, de determinadas provisões relacionadas à aspectos trabalhistas, de contratos com pagamento com base em ações, de imposto de renda e contribuição social diferidos e de provisões a pagar à fornecedores. Dessa forma, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, determinar os eventuais ajustes (se algum) sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em virtude das citadas limitações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 7.289 mil e resultado bruto negativo nas operações. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações com Fundos de Investimento

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia mantém transações com Fundos de Investimento (Fundos) nos quais faz a gestão, em montantes significativos e com condições específicas definidas contratualmente entre as partes. Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.280.605	828.976	1.465.474	1.000.322
Contas a receber de clientes	5	-	126.250	-	126.250
Impostos e contribuições a recuperar	6	206.413	170.205	221.512	212.233
Adiantamentos a terceiros	-	587	6.580	2.587	8.580
Partes relacionadas	7	-	-	288.646	926.409
Outros ativos	8	5.713	11.945	13.974	22.961
Total do ativo circulante		1.493.318	1.143.956	1.992.193	2.296.755
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	9	13.739.880	12.861.364	14.154.825	13.364.612
Depósitos judiciais	24	-	-	-	19.352
Partes relacionadas	7	2.059.954	127.502	2.001.549	-
Investimentos	10	341.560	689.745	95.584	71.981
Imobilizado	11	49.176	66.937	49.176	66.937
Total do ativo não circulante		16.190.570	13.745.548	16.301.134	13.522.882
Total do ativo		17.683.888	14.889.504	18.293.327	15.819.637

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores	-	5.202	11.704	5.202	11.702
Empréstimos	12	212.187	432.385	397.539	614.847
Obrigações sociais e trabalhistas	13	153.214	168.196	156.382	172.559
Obrigações fiscais e tributárias	14	322.982	704.636	504.151	885.772
Total do passivo circulante		693.585	1.316.921	1.063.274	1.684.880
Passivo não circulante					
Empréstimos	12	44.788	194.009	105.500	471.441
Obrigações fiscais e tributárias	14	283.674	454.502	462.886	812.325
Partes relacionadas	7	-	79.548	-	-
Provisão para perdas com investimento	10	1.662	-	-	-
Outros passivos	15	6.486.944	3.000.907	6.486.944	3.000.907
Total do passivo não circulante		6.817.068	3.728.966	7.055.330	4.284.673
Patrimônio líquido					
Capital social subscrito	16				
Capital social subscrito	16 a)	16.736.256	16.591.754	16.736.256	16.591.754
(-) Capital a integralizar	16 a)	(748.433)	(748.433)	(748.433)	(748.433)
Ações em tesouraria	16 c)	(162.010)	(162.010)	(162.010)	(162.010)
Stock options	16 b)	1.636.487	1.636.487	1.636.487	1.636.487
Prejuízos acumulados	-	(7.289.065)	(7.474.181)	(7.289.065)	(7.474.181)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		10.173.235	9.843.617	10.173.235	9.843.617
Participação dos não controladores		-	-	1.488	6.467
Total do passivo e patrimônio líquido		17.683.888	14.889.504	18.293.327	15.819.637

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	780.812	1.102.382	780.308	1.193.882
Custos dos serviços prestados	18	(1.045.707)	(1.088.221)	(1.092.933)	(1.142.034)
Lucro bruto		(264.895)	14.161	(312.625)	51.848
Outras receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(1.573.732)	(1.313.684)	(1.626.389)	(1.351.681)
Despesas tributárias	-	(46.896)	(93.637)	(60.969)	(97.982)
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos	10	(375.596)	(36.782)	-	15.898
Resultado líquido dos títulos e valores mobiliários	21	1.112.740	459.223	685.873	344.091
Outras receitas (despesas) operacionais	20	2.250.689	(320.619)	2.500.824	(121.353)
Total das outras receitas (despesas) operacionais		1.367.205	(1.305.499)	1.499.339	(1.211.027)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		1.102.310	(1.291.338)	1.186.714	(1.159.179)
Resultado financeiro líquido	22	(580.069)	(560.901)	(669.450)	(684.357)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		522.241	(1.852.239)	517.264	(1.843.536)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(337.125)	-	(337.125)	(10.400)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		185.116	(1.852.239)	180.139	(1.853.936)
Lucro (prejuízo) atribuído aos controladores		-	-	185.116	(1.852.239)
Prejuízo atribuído aos não controladores		-	-	(4.977)	(1.697)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	185.116	(1.852.239)	180.139	(1.853.936)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	185.116	(1.852.239)	180.139	(1.853.936)
Lucro (prejuízo) atribuído aos controladores	-	-	185.116	(1.852.239)
Prejuízo atribuído aos não controladores	-	-	(4.977)	(1.697)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Ações em tesouraria	Stock options	Prejuízos acumulados	Total	Participações dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		14.737.237	(747.026)	(162.010)	1.636.487	(5.621.942)	9.842.746	47.042	9.889.788
Aumento de capital	16 a)	1.854.517	(1.407)	-	-	-	1.853.110	-	1.853.110
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.852.239)	(1.852.239)	(1.697)	(1.853.936)
Ajustes reflexos em controladas	16 e)	-	-	-	-	-	-	(38.878)	(38.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		16.591.754	(748.433)	(162.010)	1.636.487	(7.474.181)	9.843.617	6.467	9.850.084
Aumento de capital	16 a)	144.502	-	-	-	-	144.502	-	144.502
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	185.116	185.116	(4.977)	180.139
Ajustes reflexos em controladas	16 e)	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		16.736.256	(748.433)	(162.010)	1.636.487	(7.289.065)	10.173.235	1.488	10.174.723

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	185.116	(1.852.239)	180.139	(1.853.936)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	11	17.761	17.639	17.761	17.846
Baixas de ativo imobilizado	11	-	-	-	19.860
Valorização de outros títulos patrimoniais	10	(25.749)	(35.633)	(29.106)	(25.926)
Valorização de títulos e valores mobiliários, líquido	9	(1149.968)	(459.222)	(1.022.172)	(344.091)
Perdas (ganhos) estimados com investimentos	10	-	484.852	-	-
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos	10	375.596	36.782	-	(15.898)
Ajustes reflexos em controladas	16 e)	-	-	(2)	(38.878)
Juros de empréstimos	12	99.549	577.248	125.940	679.427
Mudanças nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes	5	126.250	65.527	126.250	346.037
Impostos e contribuições a recuperar	6	(36.208)	(26.468)	(9.279)	92.158
Adiantamentos a terceiros	-	5.993	(1.080)	5.993	19.209
Outros ativos	8	6.232	25.177	28.339	34.159
Fornecedores	-	(6.502)	(15.603)	(6.500)	(114.121)
Obrigações sociais e trabalhistas	13	(14.982)	(207.359)	(16.177)	(383.948)
Obrigações fiscais e tributárias	14	(244.845)	(22.980)	(1.859.960)	(45.319)
Outros passivos	15	3.486.037	2.693.656	3.486.037	2.641.853
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.824.280	1.280.297	1.027.263	1.028.432
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de cotas de títulos e valores mobiliários	9	(19.215)	(568.955)	(357.779)	(628.243)
Cessão e transferência de cotas de títulos e valores mobiliários	9	290.667	305.290	589.738	305.290
Alienação de investimentos	10	-	-	5.503	-
Aquisição de imobilizado	11	-	(18.409)	-	(18.409)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		271.452	(282.074)	237.462	(341.362)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas	7	(2.012.000)	(1.718.914)	(1.363.786)	(931.375)
Parcelamentos tributários	14	(307.637)	(506.862)	1.128.900	(793.047)
Amortização de empréstimos	12	(468.968)	(1.122.285)	(709.189)	(1.388.118)
Integralização de capital	16 a)	144.502	1.854.517	144.502	1.854.517
Subscrição de capital	16 a)	-	(1.407)	-	(1.407)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.644.103)	(1.494.951)	(799.573)	(1.259.430)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		451.629	(496.728)	465.152	(572.360)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	828.976	1.325.704	1.000.322	1.572.682
No final do exercício	4	1.280.605	828.976	1.465.474	1.000.322
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		451.629	(496.728)	465.152	(572.360)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, cujos atos constitutivos foram aprovados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 16 de maio de 2005, tendo como objetivo e atividade econômica a administração e gestão de fundos de investimentos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia tem sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 1098, conjunto 95, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04542-001.

A natureza das atividades de administração e gestão de fundos de investimentos é de longa maturação.

A Companhia faz a gestão de recursos de terceiros (*family offices, corporate ventures, fund of funds, bancos, agências de fomento e investidores profissionais*), além de seu próprio, em fundos que tem duração entre oito e doze anos com o objetivo de investir em companhias de grande potencial de crescimento do setor de tecnologia.

Para a consecução dos objetivos foram desenvolvidos e são aplicados: **(i)** metodologia de avaliação para selecionar as companhias alvo com maior potencial de crescimento de seus ativos, **(ii)** políticas de governança e *compliance* de forma a garantir os interesses dos investidores e altos padrões de qualidade de gestão nas companhias alvo, e **(iii)** metodologia de acompanhamento ativo das companhias alvo, visando ajudar no processo de crescimento destas.

Dentro do portfólio busca-se a performance das companhias investidas. Com a maturação e venda desses ativos, busca-se o retorno para o capital investido nos fundos, finalizando o ciclo de negócio da companhia com o potencial recebimento da taxa de performance nos fundos geridos.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, apresentou prejuízos acumulados no montante de R\$7.289.065, endividamento tributário de R\$ 606.656 (R\$ 967.037 no consolidado), endividamento com empréstimos de R\$ 256.975 (R\$ 503.039 no consolidado).

A administração vem adotando medidas estruturais e estratégicas com o objetivo de reverter o cenário de prejuízos acumulados e resultado negativo nas operações, de forma a restabelecer a sustentabilidade financeira do negócio. Entre essas medidas, destacam-se: (i) a ampliação e diversificação da base de investidores e parceiros estratégicos, com ênfase em iniciativas de captação para novos fundos, inclusive junto a investidores internacionais, (ii) o foco na aceleração do ciclo de maturação dos fundos existentes, com a busca ativa por liquidez dos ativos investidos, o que possibilitará o recebimento de taxas de performance relevantes, (iii) a otimização das suas operações visando maior eficiência e potencial redução de custos, e (iv) a consolidação da reputação da Companhia como gestora especializada em investimentos de longo prazo no setor de tecnologia, o que contribui para a continuidade de novos mandatos de gestão e administração.

Um dos principais focos da Companhia, no momento, é o processo de captação para o lançamento do Fundo IV, atualmente em estágio avançado. Essa iniciativa constitui um dos pilares da estratégia de recomposição das fontes de receita da Companhia, que vêm sendo impactadas nos últimos anos pelo ciclo natural da gestão de fundos de investimento — especialmente pela redução progressiva e esperada das receitas durante a fase de desinvestimento. A expectativa é de que o Fundo IV contribua de forma significativa para o reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia ao longo dos próximos exercícios sociais.

A administração acredita que, com a execução desse plano e a maturação das receitas esperadas, será possível reverter os prejuízos acumulados e restabelecer a rentabilidade da Companhia.

A Companhia exerceu, em 2023, as atividades de gestão dos fundos: Fundo de Investimento em Participações Avanti (“Fundo Avanti”), do Confrapar GP Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP GP I”), Confrapar GP II Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP GP II”), Confrapar K I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K I”), Confrapar K II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K II”), Confrapar K III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K III”) e Confrapar K IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K IV”).

1.1. Fundo Avanti

O Fundo Avanti é um Fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando proporcionar aos seus Cotistas a valorização do capital investido no longo prazo, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, conforme admitido na Instrução CVM 578 e demais regulamentações aplicáveis.

1.2. FIP GP I

O FIP GP I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.3. FIP GP II

O FIP GP II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.4. FIP K I

O FIP K I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.5. FIP K II

O FIP K II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.6. FIP K III

O FIP K III é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.7. FIP K IV

O FIP K IV foi um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior. O FIP K IV foi encerrado em 28 de dezembro de 2022.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes coligadas e controladas, cuja participação percentual na data base do balanço é assim resumida:

Investida	% de participação	
	31/12/2023	31/12/2022
Controladas		
SPE Nascenti S.A.	99,42%	99,42%
SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.	97,99%	97,99%
Coligadas		
Via 6 S.A.	10,45%	10,45%

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados:

- i) Eliminação dos investimentos em companhias controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais;
- ii) Os lucros provenientes de operações realizadas entre as companhias consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados;
- iii) Os investimentos são representados por participação em companhias controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência do percentual de participação da controladora nas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada; e
- iv) A Companhia determina anualmente se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 20 de maio de 2025.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

f) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia e suas controladas desconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na realização das obrigações de curto prazo.

iii) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido na Instrução no 438/06 da CVM, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação da Administradora, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

1) Títulos para negociação

Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e/ou as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e

2) Títulos mantidos até o vencimento

Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

- Que o Fundo seja destinado, exclusivamente, a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, estes últimos definidos como tais pela regulamentação editada pela CVM relativa aos Fundos de investimento; e

- Que todos os cotistas declarem, formalmente, por meio de um termo de adesão ao Regulamento do Fundo, a sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo como mantidos até o vencimento.

Cotas de Fundos

As cotas de Fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos Fundos de investimento e estão classificadas na categoria de “Títulos para negociação”. A valorização e/ou a desvalorização, das cotas de Fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado líquido dos títulos e valores mobiliários” na demonstração do resultado do exercício.

iv) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o custo do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

v) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

vi) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar.

b) Contas a receber de clientes

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas, e ajustados a valor presente, quando necessário, conforme legislação aplicável.

c) Investimentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas na Nota Explicativa nº 2.1.

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis da controladora.

A participação societária nas controladas e coligada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

d) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

f) Tributação sobre a renda

A Companhia e suas controladas são optantes pelo lucro real como regime de tributação. O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente: 15% (quinze por cento), acrescido de 10% (dez por cento) sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9% (nove por cento).

g) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia e suas controladas avaliaram o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes, receita de venda e credores diversos, e considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e a liquidação por parte do cliente, e dos valores a pagar às Companhias, os valores foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

i) Reconhecimento da receita

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação.

O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa e sua controlada tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado;
- A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia;
- As despesas incorridas ou a serem incorridas relacionadas à transação podem ser mensuradas com confiabilidade.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração da Companhia e suas controladas se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

• Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC II).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

- **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os saldos em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	554	1	110.526	2.973
Aplicações financeiras (*)	1.280.051	828.975	1.354.948	997.349
Total	1.280.605	828.976	1.465.474	1.000.322

(*) As aplicações financeiras dos exercícios de 2023 e 2022 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento é 100% a.a., a depender do prazo em que os valores permanecem aplicados, atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Avanti	-	126.250	-	126.250
Total	-	126.250	-	126.250

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos saldos por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores a vencer	-	126.250	-	126.250
Valores vencidos				
De 01 a 30 dias	-	-	-	-
De 31 a 60 dias	-	-	-	-
De 61 a 90 dias	-	-	-	-
De 91 a 180 dias	-	-	-	-
Acima de 180 dias	-	-	-	-
Total	-	126.250	-	126.250

6. Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre serviços a recuperar	50.468	50.468	50.468	50.468
CSLL a recuperar	27.827	27.827	29.450	28.956
ISS a recuperar	-	25.433	1.693	27.126
INSS a recuperar	-	17.045	7.343	29.032
IRRF de aplicações financeiras	101.072	47.500	102.234	47.716
Tributos pagos a maior	-	1.932	-	8.485
Outros impostos a recuperar	27.046	-	30.324	20.450
Total	206.413	170.205	221.512	212.233

7. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a Companhia e suas controladas efetuaram com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão sumarizados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo:				
SPE Confrapar (a)	1.963.502	127.502	-	-
SPE Nascenti (b)	96.452	-	-	-
Rodrigo Esteves (c)	-	-	61.490	61.490
Thiago Domenici (c)	-	-	790.080	366.472
Carlos Eduardo Guillaume (c)	-	-	813.713	371.311
Alex Alves (d)	-	-	14	14
Lúisa Pinto Coelho (c)	-	-	336.847	126.768
Rodrigo Bem Toledo (d)	-	-	134	134
Carlos Moreno (c)	-	-	220	220
Carlos Moreno (e)	-	-	69.580	-
Yago Moreira (e)	-	-	176.078	-
Lais Rios Sampaio (e)	-	-	42.039	-
Total	2.059.954	127.502	2.290.195	926.409
Circulante	-	-	288.646	926.409
Não circulante	2.059.954	127.502	2.001.549	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O saldo a receber com a SPE Confrapar decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contratos de mútuo entre as partes relacionadas, celebrados em (i) 02 de janeiro de 2022 e (ii) 02 de janeiro de 2023, sem juros e sem incidência de IOF, não quitados até 31 de dezembro de 2023.
- (b) O saldo a receber com a SPE Nascenti decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contrato de mútuo entre as partes relacionadas, celebrado em 02 de janeiro de 2023.
- (c) Os saldos a receber com os acionistas decorrem (i) da cessão de ações, mantidas na tesouraria da Companhia, a cada um deles, os quais ainda não integralizaram os valores devidos em 2023 e (ii) de mútuos celebrados em 02 de janeiro de 2022 e em 02 de janeiro de 2023 entre as partes, sem juros e sem incidência de IOF, não quitados até 31 de dezembro de 2023.
- (d) Os saldos a receber com os acionistas decorrem da cessão de ações, mantidas na tesouraria da Companhia, a cada um deles, os quais ainda não integralizaram os valores devidos em 2023.
- (e) Os saldos a receber decorrem de antecipação de dividendos no ano de 2023.

Descrição	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Passivo:		
SPE Nascenti (f)	-	79.548
Total	-	79.548

- (f) O saldo a pagar para a SPE Nascenti decorria de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contrato de mútuo entre as partes relacionadas, celebrado em 02 de janeiro de 2018, com vencimento inicialmente em 30 de dezembro de 2021, aditado nessa mesma data para um novo vencimento, que passou a ser 30 de outubro de 2022, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em 31 de dezembro de 2023.

A movimentação de operações com partes relacionadas em cada exercício foi a seguinte:

Ativo:

Controladora	SPE Confrapar	SPE Nascenti	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Adições	127.502	-	127.502
Saldo de 31 de dezembro de 2022	127.502	-	127.502
Adições	1.841.000	96.452	1.937.452
Baixas	(5.000)	-	(5.000)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	1.963.502	96.452	2.059.954

Consolidado	Carlos						Total
	Rodrigo Esteves	Thiago Domenici	Eduardo Guillaume	Alex Silva	Luísa Pinto Coelho	Outros	
Saldo de 31 de dezembro de 2021	363	132	132	14	-	393	1.034
Baixas	(85)	-	-	-	-	(39)	(124)
Adições	61.212	366.340	371.179	-	126.768	-	925.499
Saldo de 31 de dezembro de 2022	61.490	366.472	371.311	14	126.768	354	926.409
Adições	-	423.608	442.402	-	210.079	287.697	1.363.786
Saldo de 31 de dezembro de 2023	61.490	790.080	813.713	14	336.847	288.051	2.290.195

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo:

Controladora	SPE Confrapar	SPE Nascenti	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2021	1.570.412	100.548	1.670.960
Baixas	(1.571.998)	(41.000)	(1.612.998)
Adições	1.586	20.000	21.586
Saldo de 31 de dezembro de 2022	-	79.548	79.548
Baixas	-	(79.548)	(79.548)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	-	-	-

7.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a remuneração paga a título de pró-labore a administradores e dirigentes da Companhia (controladora) foi de R\$ 31.680 (R\$ 29.088 em 2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a remuneração paga a título de pró-labore a administradores e dirigentes da Companhia e suas controladas (consolidado) foi de R\$ 47.520 (R\$ 43.632 em 2022).

8. Outros ativos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar	5.713	11.945	13.974	22.961
Total	5.713	11.945	13.974	22.961

9. Títulos e valores mobiliários

A Companhia realiza transações com fundos de investimento sob sua administração/gestão, em conformidade com suas políticas internas e com as disposições regulatórias estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Tais operações são conduzidas com total independência e tem como objetivo o melhor interesse de cada fundo individualmente, respeitando os princípios de diligência e boa-fé.

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia subscreveu e/ou integralizou cotas em fundos sob sua própria administração/gestão (*skin in the game*), bem como em fundos nos quais outros fundos sob sua gestão/administração já detinham participação societária (*funds of funds*). Essas decisões foram fundamentadas em critérios técnicos, estratégicos e de alocação de portfólio, adotados de forma isenta e segregada entre os veículos, de modo a mitigar potenciais conflitos de interesse.

A Companhia adota práticas robustas de governança e mecanismos de controle interno que incluem, mas não se limitam a segregação de funções e a autonomia nos processos decisórios de investimento, com o objetivo de permitir a equidade no tratamento entre os fundos e a aderência às melhores práticas do mercado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Aerotec	5.684.525	5.106.965	5.684.525	5.106.965
FIP GP I	4.612.341	4.447.407	4.612.341	4.447.407
Fundo Avanti	3.443.014	3.306.992	3.443.014	3.306.992
Fundo Nascenti	-	-	414.945	503.248
Total	13.739.880	12.861.364	14.154.825	13.364.612

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações estão apresentadas a seguir:

Controladora	Fundo		Fundo	Fundo	Total
	Aerotec	Fundo GP	Avanti	Horizonti	
Saldo de 31 de dezembro de 2021	6.319.105	3.693.527	2.111.932	13.913	12.138.477
Aquisição de cotas	182.998	385.957	-	-	568.955
Baixa por desvalorização das cotas	(1.396.573)	(579.420)	(32.326)	(397)	(2.008.716)
Rentabilidade e valorização das cotas	1.435	1.239.117	1.227.386	-	2.467.938
Cessão de cotas dos fundos	-	(98.818)	-	-	(98.818)
Amortização de cotas	-	(226.456)	-	(13.516)	(239.972)
Ganho de capital	-	33.500	-	-	33.500
Saldo de 31 de dezembro de 2022	5.106.965	4.447.407	3.306.992	-	12.861.364
Aquisição de cotas	19.215	-	-	-	19.215
Baixa por desvalorização das cotas	(728.193)	(3.342.311)	(82.289)	-	(4.152.793)
Rentabilidade e valorização das cotas	1.286.538	3.797.912	218.311	-	5.302.761
Cessão de cotas dos fundos	-	(338.367)	-	-	(338.367)
Ganho de capital	-	47.700	-	-	47.700
Saldo de 31 de dezembro de 2023	5.684.525	4.612.341	3.443.014	-	13.739.880

Consolidado	Fundo		Fundo	Fundo	Fundo	Total
	Aerotec	Fundo GP	Avanti	Horizonti	Nascenti	
Saldo de 31 de dezembro de 2021	6.319.105	3.693.527	2.111.932	13.913	559.091	12.697.568
Aquisição de cotas	182.998	385.957	-	-	59.288	628.243
Baixa por desvalorização das cotas	(1.396.573)	(579.420)	(32.326)	(397)	(115.275)	(2.123.991)
Rentabilidade e valorização das cotas	1.435	1.239.117	1.227.386	-	144	2.468.082
Cessão de cotas dos fundos	-	(98.818)	-	-	-	(98.818)
Amortização de cotas	-	(226.456)	-	(13.516)	-	(239.972)
Ganho de capital	-	33.500	-	-	-	33.500
Saldo de 31 de dezembro de 2022	5.106.965	4.447.407	3.306.992	-	503.248	13.364.612
Aquisição de cotas	19.215	-	-	-	338.564	357.779
Baixa por desvalorização das cotas	(728.193)	(3.342.311)	(82.289)	-	(426.867)	(4.579.660)
Rentabilidade e valorização das cotas	1.286.538	4.096.983	218.311	-	-	5.601.832
Cessão de cotas dos fundos	-	(637.438)	-	-	-	(637.438)
Ganho de capital	-	47.700	-	-	-	47.700
Saldo de 31 de dezembro de 2023	5.684.525	4.612.341	3.443.014	-	414.945	14.154.825

As datas dos laudos do valor justo dos fundos, preparados por terceiros, no caso dos Fundo Avanti e Fundo Aerotec, e pelos Gestores da própria Companhia, no caso dos demais fundos, foram as seguintes:

- a) **Fundo Aerotec:** laudo de valor justo com data-base 31 de dezembro de 2023;
- b) **FIP GP I:** laudo do Fundo Aerotec com data-base 31 de dezembro de 2023, laudo do Fundo Avanti com data-base 31 de maio de 2023 e laudo dos demais ativos de 30 de novembro de 2023;
- c) **Fundo Avanti:** laudo de valor justo com data-base 31 de maio de 2023; e
- d) **Fundo Nascenti:** laudo de valor justo com data-base 01 de dezembro de 2023.

O modelo de análise do valor justo dos fundos foi com base no fluxo de caixa descontado. A Companhia e suas controladas entendem que os valores justos dos fundos refletem a expectativa de recuperação destes ativos e nenhum ajuste por redução ao valor recuperável foi requerido para a data-base de 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

As datas bases das últimas demonstrações contábeis auditadas dos fundos são as seguintes:

Fundo	Data-base da auditoria	Auditado por:
Fundo Aerotec	31/12/2023	BDO RCS Auditores Associados Ltda.
FIP GP I	31/12/2023	Moore Consulting News Auditores Independentes
Fundo Avanti	31/07/2023	RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
Fundo Nascenti	31/12/2023	Moore Consulting News Consultores e Auditores

10. Investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo:				
Participações no Grupo Confrapar				
SPE Nascenti	260.899	472.167	-	-
SPE Confrapar	-	162.666	-	-
Via 6	1.256	1.256	1.256	1.256
Total	262.155	636.089	1.256	1.256
Outros investimentos				
Banco Sicoob	79.405	53.656	94.328	70.725
Total	79.405	53.656	94.328	70.725
Total ativo	341.560	689.745	95.584	71.981
Passivo:				
SPE Confrapar	(1.662)	-	-	-
Total passivo	(1.662)	-	-	-
Total	339.898	689.745	95.584	71.981

A movimentação dos investimentos em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	SPE		Sicoob	Invest. Via 6	Total
	Nascenti	Confrapar			
Saldo de 31 de dezembro de 2021	430.209	742.156	18.023	(14.642)	1.175.746
Resultado de equivalência patrimonial	41.958	(94.638)	-	15.898	(36.782)
Perdas com os investimentos	-	(484.852)	-	-	(484.852)
Integralização de capital	-	-	35.633	-	35.633
Saldo de 31 de dezembro de 2022	472.167	162.666	53.656	1.256	689.745
Resultado de equivalência patrimonial	(211.268)	(164.328)	-	-	(375.596)
Integralização de capital	-	-	25.749	-	25.749
Saldo de 31 de dezembro de 2023	260.899	(1.662)	79.405	1.256	339.898

Consolidado	Sicoob	Via 6	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2021	30.157	(14.642)	15.515
Resultado de equivalência patrimonial	-	15.898	15.898
Rendimento Cota	40.568	-	40.568
Saldo de 31 de dezembro de 2022	70.725	1.256	71.981
Rendimento Cota	29.106	-	29.106
Resgate	(5.503)	-	(5.503)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	94.328	1.256	95.584

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais informações das investidas estão detalhadas a seguir:

	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Resultado do exercício	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investida								
SPE Nascenti	99,42%	99,42%	262.421	474.922	1.958.833	1.958.833	(212.501)	42.204
SPE Confrapar	97,99%	97,99%	(1.696)	166.376	139.565	139.565	(168.072)	(96.581)
Via 6	10,45%	10,45%	(168.823)	(55.574)	753.045	753.045	(113.249)	84.540

11. Imobilizado

O imobilizado da Companhia e suas controladas é destinado ao uso administrativo e mensurado pelo custo de aquisição, estando apresentado a valores recuperáveis. Este ativo é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia e suas controladas.

A movimentação do imobilizado para os saldos na Controladora e no Consolidado em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	Taxa de depreciação					
	a.a.	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo		197.311	18.409	215.720	-	215.720
Móveis e utensílios		95.480	-	95.480	-	95.480
Equipamentos de informática		97.444	18.409	115.853	-	115.853
Benfeitorias em imóveis de terceiros		4.387	-	4.387	-	4.387
Depreciação		(131.144)	(17.639)	(148.783)	(17.761)	(166.544)
Móveis e utensílios	10%	(46.359)	(9.548)	(55.907)	(9.460)	(65.367)
Equipamentos de informática	20%	(84.003)	(7.915)	(91.918)	(8.125)	(100.043)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(782)	(176)	(958)	(176)	(1.134)
Total		66.167	770	66.937	(17.761)	49.176

Consolidado	Taxa de depreciação							
	a.a.	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo		329.495	18.409	(19.860)	328.044	-	(61.941)	266.103
Móveis e utensílios		126.839	-	(7.690)	119.149	-	-	119.149
Equipamentos de informática		198.269	18.409	(12.170)	204.508	-	(61.941)	142.567
Benfeitorias em imóveis de terceiros		4.387	-	-	4.387	-	-	4.387
Depreciação		(243.261)	(17.846)	-	(261.107)	(17.761)	61.941	(216.927)
Móveis e utensílios	10%	(77.513)	(9.755)	-	(87.268)	(9.460)	7.692	(89.036)
Equipamentos de informática	20%	(164.966)	(7.915)	-	(172.881)	(8.125)	54.249	(126.757)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(782)	(176)	-	(958)	(176)	-	(1.134)
Total		86.234	563	(19.860)	66.937	(17.761)	-	49.176

12. Empréstimos

Todos os empréstimos obtidos pela Companhia e suas controladas foram realizados para suportar o capital de giro e/ou com o objetivo de quitação de linhas anteriormente contratadas com as mesmas finalidades, as quais tinham custo efetivo total maior, resultando numa redução do custo da dívida, com exceção da letra (e), Capital de Giro PESE.

A linha de Capital de Giro PESE foi obtida nos termos da Medida Provisória nº. 944/2020, que criou o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Por meio deste programa, foram abertas linhas de crédito especiais com o objetivo exclusivo de financiar até dois meses da folha salarial das empresas em geral (exceto sociedades de crédito) e as cooperativas.

Todos contam com aval dos diretores e cônjuges, conforme aplicável. Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas restritivas (“covenants”).

Descrição dos empréstimos da controladora:

a) Banco Sicoob

Em 09/08/2019 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 48 parcelas e juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Em virtude da pandemia de Covid-19, a Companhia renegociou o pagamento das parcelas 8, 9 e 10 deste empréstimo, postergando o pagamento dos juros em 3 meses. Empréstimo quitado em setembro de 2023.

Em 15 de junho de 2020 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 36 parcelas e juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Empréstimo quitado em setembro de 2023.

Em 27 de agosto de 2021 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 200.000 para ser quitado em 36 parcelas e juros mensais de 0,79% a.m. e índice de correção pelo CDI, com carência até janeiro/2022 para início do pagamento. Em 31 de dezembro de 2023, resta 12 parcelas a vencer mensalmente até 10 de dezembro de 2024.

b) Banco Bradesco

Em 09 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 430.000 para ser quitado em 45 parcelas e juros mensais de 1,44% a.m. Até 31 de dezembro de 2023 foram quitadas 36 parcelas, restando 9 parcelas a vencer mensalmente até 15 de setembro de 2024.

c) Capital de giro Ulend

Em 20 de julho de 2021, a Companhia adquiriu empréstimo perante a Ulend Gestão Financeira Ltda. no valor de R\$ 220.000 para ser quitado em 24 parcelas e juros mensais de 1,43% a.m. Empréstimo quitado em julho de 2023.

d) Capital de giro PESE

Em 05 de junho de 2020, a Companhia adquiriu empréstimo perante o Banco Sicoob, mediante repasse realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pelo credor, no valor de R\$ 10.364 para ser quitado em 30 parcelas, com 6 meses de carência para início de amortização, e juros mensais de 0,30% a.m. Empréstimo quitado em junho de 2023.

Descrição dos empréstimos do consolidado:

e) Banco Sicoob

Em 30 de abril de 2021, a SPE Confrapar adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 48 parcelas, com juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Até 31 de dezembro de 2023, foram pagas 30 parcelas, restando 18 parcelas a serem quitadas.

f) Banco Bradesco

Em 26 de janeiro de 2021, a SPE Confrapar adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 410.604 para ser quitado em 45 parcelas, com juros mensais de 1,0755000% a.m. Até 31 de dezembro de 2023 foram pagas e antecipadas 33 parcelas, restando 12 parcelas a serem quitadas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	212.187	432.385	397.539	614.847
Não circulante	44.788	194.009	105.500	471.441
Total	256.975	626.394	503.039	1.086.288

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos em cada exercício foi a seguinte:

Controladora	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2021	1.171.431
Amortização	(1.122.285)
Juros	577.248
Saldo de 31 de dezembro de 2022	626.394
Amortização	(468.968)
Juros	99.549
Saldo de 31 de dezembro de 2023	256.975

Consolidado	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2021	1.794.979
Amortização	(1.388.118)
Juros	679.427
Saldo de 31 de dezembro de 2022	1.086.288
Amortização	(709.189)
Juros	125.940
Saldo de 31 de dezembro de 2023	503.039

As parcelas de longo prazo dos empréstimos até 31 de dezembro de 2023 e 2022 possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	194.009	-	379.360
2025	44.788	-	105.500	92.081
2026	-	-	-	-
2027 em diante	-	-	-	-
Total	44.788	194.009	105.500	471.441

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bônus a pagar	103.254	114.837	103.254	114.837
Salários a pagar	20.687	6.134	20.687	6.134
Provisão de férias	15.049	29.766	15.049	29.766
INSS a recolher	6.700	7.819	7.518	8.946
FGTS a recolher	1.634	1.812	1.634	1.812
Pró-labore a pagar	2.676	2.483	5.026	5.719
Outras obrigações trabalhistas	3.214	5.345	3.214	5.345
Total	153.214	168.196	156.382	172.559

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributos a recolher				
ISS a recolher	-	234.624	-	234.624
IRPJ e CSLL	133.767	133.767	133.767	133.783
COFINS a recolher	231	7.710	249	7.710
PIS a recolher	38	1.668	38	1.668
IRRF a recolher	1.076	2.791	1.076	2.791
Outros tributos a recolher	1.409	806	10.644	806
Total dos tributos a recolher	136.521	381.366	145.774	381.382
Parcelamentos tributários				
ISS (a)	2.745	112.586	48.667	178.003
ISS Rio (b)	147.015	113.727	175.620	146.651
IRRF	-	4.783	-	34.088
COFINS (c)	13.639	88.100	13.639	88.100
PIS	-	8.882	13.750	29.426
IRPJ RF	-	-	40.128	22.471
PGFN DA (d)	60.343	92.458	187.048	304.110
CSLL	-	-	12.637	2.722
PERT previdenciário	-	-	80.197	102.577
INSS consolidado (e)	17.646	32.764	17.646	32.764
PGFN jul/20 (f)	175.208	225.267	175.208	225.267
PGFN fev/20 (g)	38.448	77.826	38.448	77.826
PGFN nov/20 (h)	15.091	21.379	15.091	21.379
Juros a apropriar parcelamento IRPJ	-	-	3.018	26.863
Juros a apropriar parcelamento CSLL	-	-	166	12.637
Outros parcelamentos	-	-	-	11.831
Total dos parcelamentos tributários	470.135	777.772	821.263	1.316.715
Total - tributos a recolher e parcelamentos tributários	606.656	1.159.138	967.037	1.698.097
Circulante	322.982	704.636	504.151	885.772
Não circulante	283.674	454.502	462.886	812.325

(a) Neste saldo existem 4 parcelamentos de ISS:

- i)** Parcelamento de ISS do exercício de 2019 a 2022, dividido em 36 parcelas, das quais foram pagas 30 parcelas, restando 6 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023;
- ii)** Parcelamento ISSQN BH realizado em 27/02/2014 junto a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 60 parcelas, das quais foram pagas 37/60 parcelas até que teve prazo perdido e foi automaticamente cancelado. Posteriormente, este parcelamento foi substituído por um novo parcelamento realizado em 01/08/2017, com divisão do saldo devedor em 130 parcelas. Destas, foram pagas 77 parcelas, restando 53 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023;
- iii)** Parcelamento ISS SP realizado em 30/08/2021 em 48 parcelas, das quais foram pagas 28 parcelas, restando 20 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023; e
- iv)** Parcelamento ISSQN RJ devidamente quitado no exercício de 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Neste saldo existem 3 parcelamentos de ISS Rio:

i) Parcelamento ISS RJ em 24/11/2021, dividido em 84 parcelas, tendo sido quitadas 25 parcelas e restando 59 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023;

ii) Parcelamento Nota Carioca RJ 043530152021 em 23/02/2022, dividido em 84 Parcelas, tendo sido quitadas 23 parcelas e restando 61 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023; e

iii) Parcelamento Nota Carioca RJ 043530162021 em 23/02/2022, dividido em 84 Parcelas, tendo sido quitadas 23 parcelas e restando 61 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023.

(c) Parcelamento Cofins em 08/05/2019, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 56 parcelas e restando 04 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023.

(d) Neste saldo existem 2 parcelamentos da PGFN:

i) Parcelamento PGFN em 19/12/2019, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 49 parcelas e restando 11 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023; e

ii) Parcelamento PGFN em 14/06/2021, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 31 parcelas e restando 29 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023.

(e) Neste saldo existem 2 parcelamentos de INSS:

i) Parcelamento INSS em 16/11/2020, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitada 38 parcelas e restando 22 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023; e

ii) Parcelamento INSS em 16/11/2020, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 38 parcelas e restando 22 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023.

(f) Parcelamento PGFN em 30 de julho de 2020, dividido em 84 parcelas, tendo sido quitadas 42 parcelas e restando 42 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023.

(g) Parcelamento PGFN em 17 de fevereiro de 2020, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 47 parcelas e restando 13 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023.

(h) Parcelamento PGFN em 19 de novembro de 2020, dividido em 60 parcelas, tendo sido quitadas 38 parcelas e restando 22 parcelas em aberto em 31 de dezembro de 2023.

O aging list dos parcelamentos tributários por ano de vencimento está demonstrado a seguir:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	13.665	-	25.405
2024	16.384	200.686	198.947	515.993
2025	17.646	32.764	38.293	65.745
2026	59.942	92.458	59.942	92.458
2027 em diante	376.163	438.199	524.081	617.114
Total	470.135	777.772	821.263	1.316.715

15. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures a pagar (a)	4.486.944	3.000.907	4.486.944	3.000.907
Investimento SCP (b)	2.000.000	-	2.000.000	-
Total	6.486.944	3.000.907	6.486.944	3.000.907

(a) A assembleia geral de acionistas realizada em 27/11/2022 aprovou a emissão de debêntures pela Companhia com as seguintes principais características e condições:

- i) Valor total da emissão: até R\$ 3.600.000 (Art. 59, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações);
- ii) Valor nominal e quantidade: até 5.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 720 (Arts. 54 e 59, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações);
- iii) Séries: série única (Art. 53 da Lei das Sociedades por Ações);
- iv) Colocação: serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições financeiras (Art. 59, inciso VIII e Art. 61 da Lei das Sociedades por Ações);
- v) Direito de preferência: o direito de preferência dos acionistas será observado e respeitado, incluindo as sobras (Art. 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações e Art. 6º do Estatuto Social da Companhia);
- vi) Conversibilidade e resgate: serão conversíveis até o valor do principal, a critério do subscritor e a qualquer tempo, em ações ordinárias da Companhia, ao preço de R\$ 45 por ação no primeiro ano contado da data da emissão (um desconto de aprox. 25% sobre o último preço de emissão), e ao preço de R\$ 48 por ação a partir do segundo ano contado da data da emissão (um desconto de aprox. 20% sobre o último preço de emissão). A Companhia poderá amortizar ou resgatar as debêntures a qualquer tempo (Arts. 55, 57 e 59, incisos V e VI, da Lei das Sociedades por Ações);
- vii) Espécie: espécie quirográfica e forma nominativa (Arts. 58, 59, inciso VIII, e 63 da Lei das Sociedades por Ações);
- viii) Remuneração: juros de 15% ao ano, pro rata die entre a data da integralização e a data do pagamento em evento de resgate ou amortização ou vencimento, a serem pagos até a data do vencimento (Art. 59, inciso VII da Lei das Sociedades por Ações); e
- ix) Vencimento: 48 meses contados da data de emissão (Art. 59, inciso VI da Lei das Sociedades por Ações).

A assembleia geral de acionistas realizada em 05/09/2023 aprovou uma extensão da emissão de debêntures aprovada em 27/11/2022, mediante a emissão de mais 3.473 debêntures com o mesmo valor unitário de R\$ 720. Essa extensão tem as mesmas características das debêntures previamente aprovadas, aumentando o valor total aprovado em R\$ 2.500.560, totalizando R\$ 6.100.560.

Até 31/12/2023, haviam sido integralizadas 5.896 debêntures, ao valor nominal de R\$ 720 cada, totalizando uma integralização de R\$ 4.245.120 (R\$ 306.880 em 31/12/2022). Também até 31/12/2023, as debêntures integralizadas acumularam uma remuneração a pagar de R\$ 401.752.

Por fim, houve a conversão, mediante solicitação dos respectivos debenturistas conforme faculta a escritura de emissão das debêntures, do equivalente a R\$ 1.645.965 em ações ordinárias de emissão da Confrapar pelo valor de R\$ 45 cada.

- (b) Em 03 de março de 2023, a Companhia celebrou um contrato de constituição de Sociedade em Conta de Participação ("SCP") com o sócio participante. A SCP foi denominada "CONFRAPAR SCP - XMOBOTS" e tem como objetivo a distribuição, entre Companhia e o sócio participante, do resultado do investimento na participação do Fundo Aerotec na Xmobots Holding S.A., ou fundos sucessores. Conforme o contrato da SCP, o sócio participante comprometeu-se a aportar a quantia de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) na SCP. Esse valor foi integralizado e transferido para a conta bancária da Confrapar, que atua como sócia ostensiva da SCP. Em troca, o sócio participante terá direito a 100% dos resultados auferidos pela SCP até que receba o valor equivalente ao aporte corrigido por 20% ao ano.

Após a distribuição do retorno do aporte, os resultados remanescentes serão rateados na proporção de **80%** para o sócio participante e **20%** para a sócia ostensiva a título de taxa de performance. A Companhia, na qualidade de cotista do **Fundo Aerotec** ou do fundo sucessor, continuará gerindo sua participação na **Xmrobots** com o objetivo de maximizar os resultados do fundo.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social subscrito e a integralizar

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito é de R\$ **16.736.256** (dezesesseis milhões, setecentos e trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais) (R\$ **16.591.754** em 2022), sendo R\$ **748.433** (setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e três reais) a integralizar e o restante já integralizado. O capital social está representado por **690.141** (seiscentas e noventa mil, cento e quarenta e uma) ações (**687.561** em 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Pagamento baseado em ações (stock options)

A contabilização das opções de compra de ações no patrimônio líquido levou em consideração os planos: Monte Verde, Riviera, São Paulo, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Em 2023, a Companhia não teve um novo plano de opção de subscrição de ações.

As opções distribuídas pela Companhia possuem modalidades com variação no período do *vesting*, sendo existentes opções **100%** (cem por cento) vestidas no mesmo ano de término do plano e opções com *vesting* fracionado, sendo **25%** (vinte e cinco por cento) ao término do plano, **25%** (vinte e cinco por cento) após um ano do término, **25%** (vinte e cinco por cento) após dois anos do término e **25%** (vinte e cinco por cento) após três anos do término.

O valor justo das opções foi calculado pelo método **Black-Scholes** com base: **(i)** na taxa Selic, **(ii)** na volatilidade do preço da ação, que não é constante (para o cálculo da volatilidade foi considerado que, caso não haja nenhuma transação no dia da opção, o valor será igual ao da última transação), **(iii)** preço da ação (o preço da ação não é contínuo apresentando variações abruptas, como verifica-se nas poucas transações existentes e em função da pouca liquidez dessas ações), **(iv)** tempo para expirar a opção, **(v)** o preço de exercício e **(vi)** a índice de diluição esperado ao exercer as opções.

Os planos de subscrição de ações da Companhia permitiram que seus acionistas que contribuíram ativamente na Companhia recebessem, em contrapartida, instrumentos patrimoniais (opções de compra de ações) da **Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.** A Companhia reconheceu os custos de subscrição pelo método linear durante o período requerido (*vesting period*), compreendido entre a data de outorga até a data em que o colaborador adquire o direito ao exercício da opção, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, na rubrica “Pagamento Baseado em Ações”, incluída no “Instrumentos Patrimoniais Outorgados”. Os custos de remuneração foram alocados à rubrica “Despesas com Stock Options” na demonstração do resultado do exercício.

A tabela a seguir resume as informações das opções de subscrição de ações:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de Stock Options	Período		Preço de Exercício	i		ii	
	De	Até		Quant.	P.M.P.E.	Quant.	P.M.P.E.
Ouro Preto	01/11/2007	30/04/2008	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Monte Verde	01/05/2008	30/04/2009	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Riviera	01/05/2009	30/04/2010	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
São Paulo	01/05/2010	31/12/2010	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75
2011	01/01/2011	31/12/2011	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2012	01/01/2012	31/12/2012	R\$ 20,10	33.448	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2013	01/01/2013	31/12/2013	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2014	01/01/2014	31/12/2014	R\$ 20,10	3.512	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2015	01/01/2015	31/12/2015	R\$ 20,10	5.578	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2016	01/01/2016	31/12/2016	R\$ 27,02	5.018	R\$ 27,02	0	R\$ 27,02
2017	01/01/2017	31/12/2017	R\$ 29,93	4.330	R\$ 29,93	0	R\$ 29,93
TOTAL				51.886		0	

Plano de Stock Options	iii		iv		v		
	Quant.	P.M.P.E.	Quant.	P.M.P.E.	iv - a	Quant.	P.M.P.E.
Ouro Preto	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Monte Verde	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
Riviera	0	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0	R\$ 0,01
São Paulo	0	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75	R\$ 16,75	0	R\$ 16,75
2011	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2012	0	R\$ 20,10	7.751	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2013	0	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2014	2.248	R\$ 20,10	1.264	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0	R\$ 20,10
2015	0	R\$ 20,10	2.881	R\$ 20,10	R\$ 20,10	223	R\$ 20,10
2016	0	R\$ 27,02	742	R\$ 27,02	R\$ 27,02	0	R\$ 27,02
2017	0	R\$ 29,93	0	R\$ 29,93	R\$ 29,93		R\$ 29,93
TOTAL	2.248	R\$ 20,10	12.638			223	

Plano de Stock Options	vi			vii			
	Quant.	P.M.P.E.	vi - a	vi - b	vi - c	Quant.	P.M.P.E.
Ouro Preto	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
Monte Verde	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
Riviera	0	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	0,00	0	R\$ 0,01
São Paulo	0	R\$ 16,75	R\$ 16,75	R\$ 16,75	0,00	0	R\$ 16,75
2011	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2012	25.697	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,50	25.697	R\$ 20,10
2013	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2014	0	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	0	R\$ 20,10
2015	2.474	R\$ 20,10	R\$ 20,10	R\$ 20,10	0,00	2.474	R\$ 20,10
2016	4.276	R\$ 27,02	R\$ 27,02	R\$ 27,02	1,00	4.276	R\$ 27,02
2017	4.330	R\$ 29,93	R\$ 29,93	R\$ 29,93	2,00	4.330	R\$ 29,93
TOTAL	36.777				0,70	36.777	

c) Ações em tesouraria

O valor das ações em tesouraria da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 162.010 (cento e sessenta e dois mil e dez reais).

d) Reserva legal e distribuição de dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis. A reserva legal não foi constituída uma vez que absorveu os prejuízos acumulados.

e) Ajustes reflexos em controladas

Refere-se a mutações do patrimônio líquido das investidas que não transitaram ou só transitarão futuramente pelo resultado dessas investidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços presados (a)	932.801	1.264.588	932.801	1.364.588
Impostos sobre serviços:				
ISSQN	(46.640)	(56.909)	(46.640)	(61.759)
PIS	(18.580)	(18.783)	(18.661)	(19.433)
Cofins	(86.769)	(86.514)	(87.192)	(89.514)
Total	780.812	1.102.382	780.308	1.193.882

(a) A Companhia teve uma redução de receita no exercício de 2023, pois deixou de prestar serviços de gestão de recursos referente ao Fundo Avanti a partir de 01 de setembro de 2023.

18. Custos dos serviços prestados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários	(317.836)	(153.145)	(317.836)	(153.145)
Pró-labore	(31.543)	(166.805)	(70.896)	(211.649)
Vale refeição	(294.119)	(278.632)	(294.119)	(278.632)
Serviços de terceiros	-	(90.000)	-	(90.000)
Assistência médica	(199.441)	(171.574)	(199.441)	(171.574)
INSS	(93.123)	(85.791)	(100.996)	(94.760)
FGTS	(19.764)	(14.311)	(19.764)	(14.311)
Férias e 13º salário	(55.127)	(27.880)	(55.127)	(27.880)
Rescisão	-	(1.617)	-	(1.617)
Materiais de escritório	-	(12.944)	-	(12.944)
Transporte	(12.834)	-	(12.834)	-
Outros custos	(21.920)	(85.522)	(21.920)	(85.522)
Total	(1.045.707)	(1.088.221)	(1.092.933)	(1.142.034)

19. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com consultoria	(160.627)	(534.476)	(160.627)	(534.476)
Despesas de viagens	(277.746)	(152.381)	(277.746)	(152.381)
Aluguel e condomínio	(227.402)	(142.414)	(227.402)	(142.414)
Perdas diversas	(1.064)	(11.893)	(21.624)	(12.292)
Seguros	(37.650)	(31.641)	(40.404)	(37.148)
Serviços contábeis	(47.778)	(53.750)	(47.778)	(53.750)
Telefone e internet	(98.394)	(30.055)	(99.820)	(31.456)
Taxa de expediente	(29.595)	(31.778)	(50.278)	(49.526)
Honorários advocatícios	-	(23.000)	-	(23.000)
Depreciação e amortização	(17.761)	(17.639)	(17.761)	(17.846)
Materiais de escritório	(46.529)	(14.989)	(46.529)	(14.989)
Honorários de auditoria	(21.691)	(60.430)	(21.691)	(69.133)
Taxas associativas	(94.418)	(43.051)	(94.418)	(43.051)
Outros serviços prestados	(302.113)	(25.854)	(309.348)	(29.751)
Software	(22.912)	(27.207)	(22.912)	(27.207)
Confraternização	-	(8.409)	-	(8.409)
Energia elétrica	(8.046)	(4.415)	(8.046)	(4.415)
Lanches e refeições	(93.142)	-	(93.142)	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de marketing	(29.053)	-	(29.053)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(57.811)	(100.302)	(57.810)	(100.437)
Total	(1.573.732)	(1.313.684)	(1.626.389)	(1.351.681)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho de capital (a)	2.107.249	77.000	2.107.249	77.000
Recuperação de despesas	143.440	21.771	143.440	67.856
Receita de dividendos Sicoob	-	35.273	2.967	39.849
Alienação de cotas de fundo de investimento	-	28.511	-	177.117
Outras receitas operacionais	-	17.587	255.780	17.586
Despesas indedutíveis	-	(15.909)	-	(15.909)
Dividendos não recebidos (perdas) - não controladores	-	(484.852)	-	(484.852)
Perdas não operacionais	-	-	(8.612)	-
Total	2.250.689	(320.619)	2.500.824	(121.353)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu ganhos de capital decorrentes de operações realizadas no mercado secundário, especificamente referentes à cessão de cotas subscritas e a integralizar da Confrapar emitidas pelo Fundo GP. Estas cotas não foram objeto de chamadas de capital, não estando pendentes de integralização. O ganho de capital registrado reflete a diferença positiva entre o valor de cessão das cotas e o custo de aquisição original dessas cotas pelos investidores cedentes. O reconhecimento desse ganho de capital está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O tratamento contábil visa refletir de forma adequada os efeitos econômicos das transações no resultado do exercício, atendendo aos princípios da competência e da essência sobre a forma.

21. Resultado líquido dos títulos e valores mobiliários

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganhos				
Fundo Aerotec	1.286.538	1.435	1.286.538	1.435
Fundo Avanti	218.311	1.227.386	218.311	1.227.387
Fundo Confrapar GP	4.096.983	1.239.118	4.096.983	1.239.117
Fundo Nascenti	-	-	-	144
Perdas				
Fundo Aerotec	(273.290)	-	(273.290)	-
Fundo Confrapar	(63.009)	-	(63.009)	-
Ajustes ao valor justo				
Fundo Horizonti	-	(397)	-	(397)
Fundo Aerotec	(728.193)	(1.396.573)	(728.193)	(1.396.573)
Fundo Avanti	(82.289)	(32.326)	(82.289)	(32.326)
Fundo Confrapar GP	(3.342.311)	(568.740)	(3.342.311)	(568.740)
Fundo Confrapar GP II	-	(10.680)	-	(10.680)
Fundo Nascenti	-	-	(426.867)	(115.276)
Total	1.112.740	459.223	685.873	344.091

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos referem-se à variação mensal da cota dos FIPs que as empresas possuem participação. Conforme legislação vigente, a tributação aplicável nesta hipótese é "Regime de tributação especial", nos termos da Lei 11.312/06 e IN 1.585/2015. Os ganhos auferidos com as variações do valor das carteiras dos FIPs estão isentos de tributação pelo imposto de renda. Como regra, para pessoas jurídicas e pessoas físicas brasileiras, apenas os rendimentos auferidos no resgate, alienação e amortização de cotas de FIP ficam sujeitos ao Imposto sobre a Renda na Fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o custo de aquisição das cotas e o valor de resgate, alienação e amortização. Os "Ajustes de Valores quotas /títulos imobiliários" são ganhos ou perdas com as variações de valor das carteiras, sobre as quais não incidem impostos.

22. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	277.987	175.268	285.325	186.115
Variação cambial ativa	105	561	105	561
Outras receitas financeiras	-	80	-	80
Total	278.092	175.909	285.430	186.756
Despesas financeiras				
Juros de tributos em atraso	(118.826)	(118.279)	(185.328)	(146.617)
Juros de empréstimos	(99.549)	(577.248)	(125.940)	(679.427)
Juros de debêntures	(435.737)	-	(435.737)	-
Juros e multas	(190.006)	(28.518)	(190.006)	(28.518)
Tarifas bancárias	(8.280)	(10.151)	(12.106)	(13.937)
Variação cambial passiva	(5.763)	(2.614)	(5.763)	(2.614)
Total	(858.161)	(736.810)	(954.880)	(871.113)
Resultado financeiro líquido	(580.069)	(560.901)	(669.450)	(684.357)

23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro tributável		
Receitas	8.633.333	3.792.680
Despesas	(7.193.200)	(5.565.918)
Adições		
Perdas com investimentos	4.152.793	2.493.567
Despesas dedutíveis	592.744	15.909
Exclusões		
Resultado de equivalência patrimonial de investimentos	375.596	36.782
Ganhos com títulos e valores mobiliários	(5.601.832)	(2.467.939)
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	959.434	(1.694.919)
IRPJ e CSLL	(337.125)	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro tributável		
Receitas	8.891.576	6.279.941
Despesas	(7.816.669)	(7.191.390)
Adições		
Perdas com investimentos	4.579.660	2.493.567
Despesas dedutíveis	901.722	292.922
Exclusões		
Ganhos com investimentos	-	32.461
Ganhos com títulos e valores mobiliários	(5.601.832)	(4.206.751)
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	954.457	(2.299.250)
IRPJ e CSLL	(337.125)	(10.400)

24. Provisão para riscos e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas não possuem ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

A movimentação dos saldos de depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

Consolidado	
Saldo de 31 de dezembro de 2021	14.497
Depósito (reversão)	4.855
Saldo de 31 de dezembro de 2022	19.352
Depósito (reversão)	(19.352)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	-

Refere-se a bloqueio judicial (BacenJud) instruído pela Comissão de Valores Mobiliários (“Exequente”) referente ao atraso de envio de declarações requeridas ao referido órgão regulador dos anos de 2012 e 2013, o que consequentemente gerou multa por atraso. Foram realizados os bloqueios, suprimindo todo o valor da causa, não tendo sido nada mais pedido ou requerido pela Exequente e o processo está suspenso.

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros - custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.280.605	828.976	1.465.474	1.000.322
Contas a receber de clientes	-	126.250	-	126.250
Títulos e valores mobiliários	13.739.880	12.861.364	14.154.825	13.364.612
Partes relacionadas	2.059.954	127.502	2.290.195	926.409
Total	17.080.439	13.944.092	17.910.494	15.417.593
Passivos financeiros - custo amortizado				
Fornecedores	5.202	11.704	6.159	11.702
Empréstimos	256.975	626.394	503.039	1.086.288

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas	-	79.548	-	-
Total	262.177	717.646	508.241	1.097.990

b) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos e da possibilidade de recebimento na liquidação de vendas.

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Companhia e suas controladas apresentarem capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações da Companhia e de suas controladas.

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e de suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

d) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

e) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos (Nota Explicativa no 12)	256.975	626.394
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa no 4)	1.280.605	828.976
A - Dívida líquida	1.023.630	202.582
Total do patrimônio líquido	11.609.551	9.843.617
B - Capital e dívida líquida	12.633.181	10.046.199
A/B - Quociente de alavancagem (%)	8,10	2,02

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos (Nota Explicativa no 12)	503.039	1.086.288
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa no 4)	1.465.474	1.000.322
A - Dívida líquida	962.435	(85.966)
Total do patrimônio líquido	11.611.039	9.850.084
B - Capital e dívida líquida	12.573.474	9.764.118
A/B - Quociente de alavancagem (%)	7,65	(0,88)

f) Estimativa do valor justo

A Companhia e suas controladas adotam a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos; e

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme Nível 2:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Títulos e valores mobiliários	13.739.880	13.739.880	14.154.825	14.154.825
Passivos financeiros				
Empréstimos	256.975	256.975	503.039	503.039

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

26. Eventos subsequentes

A administração da Companhia e suas controladas avaliam anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que deveriam ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

* * *

Luísa Pinto Coelho Gonçalves de Souza

RG MG 11.595.014/SSP-MG

CPF 087.427.926-73

Diretora

Rodrigo Vilela de Freitas

CRC: 082650/0-4

CPF: 032.157.266-10

Contador